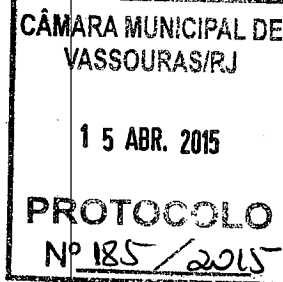




Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras



GABINETE DA VEREADORA FABIOLA ASSED

A Sua Excelência
Sr. Renan Vinicius Santos de Oliveira
Prefeito Municipal.

Ementa: "Requer informações a respeito da licitação na modalidade pregão presencial nº 024/2013, para registro de preços com objeto de serviços de publicação oficiais, avisos de licitações e outros, publicado no boletim oficial nº 511 de 08 de abril de 2014, na forma do artigo 191, inc. IX do Regimento Interno e artigo 26 da LOM.

REQUERIMENTO nº _____ 2015

Exmo. Sr. Presidente;

Cumprimentando V. Exa, venho por meio deste Requerimento, na forma do artigo 25, XII c/c artigo 26 e artigo 191, inc. IX do Regimento Interno, **REQUERER** informações a respeito da licitação supramencionada, haja vista que há informações de que o Município não cumpre o que dispõe a Lei 8666/93 de publicar os avisos em jornais de grande circulação do Estado. Trazemos à baila julgado no sentido de que a não publicação fere o princípio da publicidade e competitividade:

Data de publicação: 01/09/2009

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO, TIPO MENOR PREÇO/ITEM. OBJETO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **PUBLICAÇÃO** DOS ATOS OFICIAIS E RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. LICITAÇÃO DE GRANDE VULTO. DIVULGAÇÃO DO AVISO LICITATÓRIO APENAS **NO** DIÁRIO OFICIAL DO **MUNICÍPIO** DA EMPRESA INTERESSADA. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO **NO** ARTIGO 4º DA LEI Nº 10520 /02. NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO TAMBÉM EM **JORNAL** DE GRANDE **CIRCULAÇÃO**. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE ANULA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. DECISÃO ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A validade da licitação depende de ampla divulgação de sua existência. O defeito na sua divulgação constitui indevida restrição à participação dos interessados e vicia de nulidade o procedimento licitatório, devendo ser pronunciado a qualquer tempo. Tendo, **no** presente caso, a divulgação do aviso de licitação apenas se realizado pelo **jornal** oficial da municipalidade, de propriedade da agravante, a qual, portanto, interessada e sendo a licitação de grande vulto havia a necessidade de divulgação, também, em **jornal** de grande **circulação**, de acordo com o disposto **no** artigo 4º da Lei nº 10.520 /02, o que não ocorreu. Logo, escoreita a decisão da Administração Pública em anular o Procedimento Licitatório nº 4 /09, em nome do Princípio da Publicidade.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras

Ademais, requeremos informações se foi feita alguma publicação pela empresa vencedora – Infoglobo, já que somos sabedores de no registro de preço o pagamento é feito, na medida que se presta o serviço.

Em nossa missão constitucional de controle externo, devemos fiscalizar o bom uso do dinheiro público e o cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública – Art. 37 da CF/88 assim como os princípios norteadores dos procedimentos licitatórios na forma do artigo 3º da Lei 8666/93.

Atenciosamente;



FABÍOLA ASSED
VEREADORA



Rodrigo Rodrigues
Vereador